BALANÇO DE 2017

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

O ANO de 2017 representou uma inflexão no âmbito da economia brasileira em vários aspectos.

Nesse contexto, a inflação continuou a apresentar uma trajetória de queda, surpreendendo até mesmo os mais otimistas, que, no começo do ano, previam uma inflação acumulada no ano acima dos 4%. Pela primeira vez em quase uma década, a inflação brasileira fechará o ano abaixo da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Este é um feito e tanto, principalmente considerando-se o ambiente altamente permissivo com a inflação elevada verificado até 2015. Nesse sentido, mesmo com a inflação acima da meta e dando claros sinais de alta, o Banco Central (BACEN), naquele período, relutou em atuar firmemente com a política monetária, levando ao desastre de deixar a inflação brasileira, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), situar-se acima dos 10% no acumulado em doze meses.

Esse fenômeno abriu espaço para a flexibilização da política monetária ao longo do ano. A taxa básica de juros – Selic – caiu fortemente em 2017, atingindo o patamar mínimo desde o lançamento do real, em 1994. O movimento de redução dos juros por parte do BACEN vai no sentido de contribuir para a reativação da atividade econômica brasileira.

De fato, o ano de 2017 também ficará marcado pelo fim da mais longa e profunda recessão brasileira desde a Segunda Guerra Mundial. Os excessos em termos de estímulos ao crédito para o consumo e para o setor imobiliário geraram patamares de atividade econômica e de renda incompatíveis com a realidade nacional. Desde fins de 2014, o modelo de crescimento baseado no consumo das famílias via endividamento deu claros sinais de esgotamento. Como resultado, a economia brasileira mergulhou em uma espiral recessiva em que o governo não dispunha de instrumentos de política econômica essenciais para ensejar uma retomada.

Como em qualquer ciclo de excesso de endividamento, a retomada do consumo das famílias e dos investimentos produtivos só ocorre no momento em que o grau relativo do endividamento está equacionado e adequado ao novo patamar de renda configurado. Evitar o aprofundamento da recessão teria sido possível caso o governo Temer dispusesse de instrumentos de política monetária ou de política fiscal para lidar com esse fenômeno. No entanto, a inflação alta até meados do ano passado e o desajuste fiscal herdado do governo Dilma eliminaram qualquer possibilidade de uma ação nesse sentido. O resultado disso foi conviver com um ambiente recessivo, com queda da produção e da renda, até que o sistema econômico se ajustou por si só. Nesse sentido, a medida de liberação dos recursos das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) representou uma ação não convencional de política econômica, que se mostrou acertada em face da realidade dos fatos.

A guinada final em 2017 poderia ter sido dada caso a reforma da previdência tivesse sido aprovada. De fato, o desajuste das contas públicas representa, atualmente, um considerável fator de risco na economia brasileira. Existe muito pouco espaço para corrigir esse fato no curto prazo, dada

a rigidez orçamentária da União. A saída para corrigir isso dá-se por meio de medidas que venham a corrigir a trajetória das contas públicas no longo prazo. Claramente, não existe espaço para novos aumentos da carga tributária (da forma como se fez nos governos FHC e Lula). Isso significa que o ajuste precisa, necessariamente, vir pelo lado dos gastos. Nesse sentido, o maior problema reside, atualmente, no déficit do sistema previdenciário, que, além de elevado, é crescente no tempo. A reforma proposta visa corrigir minimamente o problema. No entanto, a partir das denúncias envolvendo o presidente da República, o governo perdeu força junto ao Congresso Nacional para promover a reforma no âmbito necessário para o País. Deixou-se para votar esta reforma, em uma versão mais branda, apenas em fevereiro de 2018.

De qualquer forma, apesar da questão fiscal, o ano de 2017 encerrou-se com um cenário bem menos sombrio do que o verificado no final do ano anterior. Vamos esperar que a economia brasileira siga na trajetória de recuperação e ajuste neste ano de 2018. ■

SHUTTERSTOCK

